

Título: Construção participativa de conhecimento: um instrumento para conscientização social

Resumo: (988/1000 caracteres)

Este artigo discute o curso de extensão Planejamento Conflitual e Participativo, oferecido pelo NEPHU/UFF, em resposta ao Fórum de Luta pela Moradia de Niterói e voltado para a construção de uma consciência crítica e cidadã. O curso objetiva instrumentalizar os segmentos populares para a luta por moradia, através da educação popular voltada para a construção de uma consciência crítica e cidadã, destacando a participação na gestão urbana. O artigo contextualiza a importância da participação popular no planejamento urbano, considerando as políticas urbanas em Niterói e discute os desafios enfrentados e as conquistas efetivadas. Dado o diversificado público, aborda os objetivos e limites da participação percebidos pelos três diferentes grupos presentes, os alunos da UFF, os moradores de áreas populares e estudantes e profissionais externos à UFF. Discute-se a necessidade da superação de questões normativas da estrutura do ensino e refletir em que medida ela pode ser atingida.

Palavras chave: (47/50 caracteres)

educação popular, participação, conscientização

Abstract: (960/1000 caracteres)

This article discusses the Conflict and Participatory Planning extension course offered by NEPHU/UFF in response to the Niterói Fight for Housing Forum and aimed at building a critical and citizen conscience. The course aims to instrumentalize the popular segments for the struggle for housing, through popular education aimed at building a critical and citizen conscience, highlighting participation in urban management. The article contextualizes the importance of popular participation in urban planning, considering the urban policies in Niterói and discusses the challenges faced and the achievements made. Given the diverse public, it addresses the objectives and limits of participation perceived by the three different groups present, students from UFF, residents of popular areas and students and professionals from outside the UFF. The need to overcome normative questions of the teaching structure is discussed and to what extent it can be achieved.

Keywords: (43/50 caracteres)

popular education, participation, awareness

Introdução: (3800/4000 caracteres)

O município de Niterói, de acordo com o IBGE (2010), é considerado o terceiro município mais rico do estado do Rio de Janeiro, possui o sétimo maior IDHM do país e

apenas 58.8% dos domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Segundo a prefeitura, a cidade apresenta um déficit habitacional em torno de 14 mil unidades.

Diante de um contexto de precarização da moradia da população de baixa renda e falta de consistência nas políticas públicas de habitação de interesse social, moradores e lideranças de áreas populares (favelas e ocupações) se organizaram no Fórum de Luta pela Moradia de Niterói (FLM), espaço no qual são discutidas problemas que afligem as comunidades participantes e questões mais gerais pertinentes à questão urbana e habitacional. Este FLM tem a assessoria técnica, social e jurídica do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU).

As comunidades participantes do Fórum apresentaram em 2018, durante uma de suas reuniões, uma demanda que expressava a necessidade de discutir coletivamente, instrumentos que pudessem auxiliar na sua luta pela moradia. Corroboravam assim as indicações de Paulo Freire (2002, p.114), quando o autor indica que “é reacionária a afirmação segundo a qual o que interessa aos operários é alcançar o máximo de sua eficácia técnica e não perder tempo com debates “ideológicos” que a nada levem. O operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania, que não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana”.

Construído junto com a população, representada pelo FLM, o curso de extensão é um projeto interdisciplinar dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social, Direito e Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense. Foi dividido em dois semestres, buscando assim atender aos moradores das comunidades e à academia. Nele são abordadas questões do planejamento conflitual e participativo, como direito à cidade, regularização fundiária, fatores de riscos ambientais, educação popular, questão de gênero, classe e raça.

Utilizando conceitos de educação popular, linguagem acessível e eventos como grupos de debate, oficinas e rodas de conversa, busca-se construir o conhecimento de forma participativa, através da prática dialógica, estabelecendo-se um espaço no qual os moradores podem construir uma compreensão crítica sobre suas realidades e assim, fortalecer suas potencialidades. A capacitação do morador, conferindo um caráter ativo na participação na luta por moradia, busca auxiliar na transformação da condição de opressão e, a partir daí, criar condições para abandonar o possível estado de passividade da cidadania, inerente à expressiva parcela da população. “Para os movimentos progressistas, era uma forma de contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica da classe trabalhadora.” (HELFREICH, 2012, p.6)

Tendo em vista que o curso é integrado por estudantes da UFF de graduação e pós-graduação de diferentes áreas, estudantes de outras universidades e profissionais, além de moradores, percebe-se que a participação e a aplicação da educação popular ocorrem de forma distinta, de acordo com cada grupo.

No desenvolvimento, o artigo discute os aspectos e objetivos da participação dada a multiplicidade de perfis, se detendo nas diferentes formas de participação em cada grupo presente no curso. Apresentam-se, na metodologia, os métodos utilizados para construção das aulas e nos resultados são abordados os trabalhos e as avaliações do curso realizadas pelos alunos. As considerações finais trazem reflexões sobre o caráter participativo da educação popular e a pertinência do curso e da universidade pública.

Desenvolvimento: (5991/6000 caracteres)

O tema central do curso, isto é, direito à cidade e como alcançá-lo é entendido como acesso aos serviços públicos e à moradia, conquistados através do planejamento conflitual e participativo, implicando num pleito coletivo decorrente da conscientização dos moradores de seu papel e importância. “A pessoa conscientizada é capaz de perceber claramente, sem dificuldades, a fome como algo mais do que seu organismo sente por não comer, a fome como expressão de uma realidade política, econômica, social, de profunda injustiça” (FREIRE, 1994, p. 225).

A reduzida presença dos comunitários evidencia um enfraquecimento das lutas sociais e a necessidade de sua conscientização. Muitos deles abandonam o papel de agente e participante efetivo na luta por influenciar os rumos da administração da cidade, depositando exclusivamente em políticos e suas promessas pontuais que pouco contribuem para a construção do direito à cidade. “A vertente passiva da cidadania, como status de direitos, é limitada em termos de uma democracia material, pois se restringe a enunciar direitos de cidadania, sem proporcionar a sua real efetividade.” (BELLO, 2009, p.520)

Em vista disso, o curso é baseado nas experiências e proposições da pedagogia freireana, sobretudo o diálogo e a conscientização, o fazer e o pensar sobre fazer. A partir disso, observa-se que a participação é colocada distintamente aos grupos participantes - moradores, extensionistas e academia - explicitando diferentes limites da metodologia participativa, dados seus objetivos.

Diferentemente da transmissão vertical de conhecimento tradicional, o diálogo, materializado em debates, é o meio em que, na troca de ideias, o educando se conscientiza da realidade determinada socialmente e assume o papel de sujeito, abandonando o caráter passivo da cidadania. Tal transformação é base para a reivindicação por seus direitos uma vez que entende esta possibilidade.

“Para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade começa não quando o educador-educando se encontra com os educando-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação” (FREIRE, 1981, p. 96). Considerando que a prática dialógica estabelecida se inicia na busca do conteúdo programático, a escolha dos temas a serem abordados tem origem na demanda apresentada pelo Fórum. Essa aproximação do educador com educando, através do diálogo, se traduz em temáticas pertinentes às questões cotidianas da população.

Ademais, para efetivar a concepção participativa, propõem-se grupos de debate para que, apoiado no conteúdo exposto, individualmente, o morador possa, na interseção de experiências com outros alunos de variadas escolaridades e áreas de atuação, construir conclusões para potencializar e instrumentalizar sua participação em demandas sociais, visto que, muitos não tiveram contato com diversos instrumentos necessários. Ponderada a metodologia dialógica, tem-se como referência os estudos de Helfreich (2012), “se buscava construir junto aos indivíduos uma compreensão crítica que possibilitasse uma ação transformadora da realidade social, política, cultural, na perspectiva de uma sociedade igualitária, emancipadora.”

Conforme apontado na avaliação realizada sobre o curso, para o grupo de alunos formado por discentes de outras universidades e interessados no tema, o curso constitui um espaço de exposição e debate, considerando que a temática habitação raramente é discutido em sala de aula, inviabilizando o contato e a reflexão sobre o assunto.

Para esse mesmo grupo, além da capacitação expositiva, a interdisciplinaridade das aulas se afirma como uma qualidade, visto que há alunos de diversas áreas, o que enriquece os debates entre os mesmos, que percebem nos próprios alunos importante subsídio para construção do conhecimento.

O vínculo burocrático relacionado ao curso de extensão, diferentemente dos alunos inscritos por meio da disciplina de graduação e pós graduação, permite participação mais flexível deste grupo, usufruindo do aspecto participativo sem se submeter tanto a questões da capacitação verticalizada, mas desfrutando, de um espaço de construção.

Tendo em vista a organização básica de disciplina prevista, os alunos da academia, graduandos e pós graduandos, são submetidos a um enfoque mais verticalizado pela necessidade de capacitação para atuação profissional. Todavia, essa proposta culmina numa deficiência de um importante ponto da educação popular, que é o diálogo educando-educador quanto à formação do conteúdo programático.

Desse modo, evidencia-se que a formação do aluno, sobretudo o graduando, se dá em dois momentos distintos, sendo o primeiro onde ele recebe a formação base, possibilitando uma capacidade de reflexão com menos profundidade. Na segunda etapa, com maior maturidade no assunto, o aluno será capaz de distinguir os elementos disponibilizados, formando uma consciência crítica mais independente.

O pós-graduando, por sua vez, possuindo conhecimentos prévios mais abrangentes, tem a possibilidade de desenvolver uma reflexão mais profunda e holística, alcançando percepções menos evidentes.

Assim sendo, comparada com a maioria das disciplinas na universidade, a disciplina Planejamento Conflitual e Participativo consegue superar aspectos uma estrutura linear, dando lugar a um espaço de participação. Além disso, por mais que seja necessário se submeter à normatividade, o debate, presente na dialógica da educação de caráter participativo, é de fundamental contribuição no processo de aprendizagem, visto que a sua ausência prejudica a reflexão independente do aluno levando, muitas vezes, a aceitação de óticas ministradas. “Pelo diálogo, as pessoas atuam, sentem e pensam como sujeitos e permitem que outras pessoas com as quais convivem construam sua própria história” (HELFREICH, 2012, p.4).

Metodologia: (1180/2000)

Para promover a participação, o curso realizou, durante as aulas, exposição dos temas propostos sucedida de grupos de debate, estimulando a troca entre alunos dos três grupos e fomentando a consciência crítica. Para garantir a interdisciplinaridade, as aulas são ministradas por profissionais das diferentes áreas integrantes do curso, Arquitetura Urbanismo, Serviço Social, Direito e Engenharia Civil. Apoiados no produto do debate das aulas, o trabalho realizado pela turma contava também com a interação da interdisciplinaridade presente, favorecendo reflexões holísticas. O conteúdo programático foi escolhido através de discussões com os membros do FLM a fim de garantir que o tema

fosse pertinente à luta cotidiana pelo direito à cidade. A linguagem utilizada pelos professores também foi objeto de reflexão, visto que é necessário usar uma linguagem acessível aos moradores em vez de um vocabulário técnico específico da área. O artigo se fundamenta na aproximação temática a partir de bibliografia sobre educação popular, discussões ocorridas nas reuniões do Fórum de Luta pela Moradia, observação e participação das aulas do curso e a avaliação entregue pelos alunos.

Resultados com discussão: (1739/2000)

O curso materializou um projeto de troca entre diferentes agentes do espaço social, resultando em discussões plurais construindo um conhecimento heterogêneo. Observa-se que o morador, que não é submetido aos limites determinados pela academia quanto a implementação da educação popular, fica carente da formação base fornecida ao aluno, mas apresenta conhecimentos adquiridos em sua vivência que contribui com o desenvolvimento de diferente tipo de consciência. A partir das discussões desenvolvidas nas aulas, no primeiro semestre, os alunos analisaram, em seminários, as comunidades que participam do fórum em Niterói baseados nos desdobramentos do direito à cidade apresentados em aula. Uma avaliação foi entregue, por cada aluno, apontando pontos positivos e negativos do curso. Nela, foi-se ressaltado que é necessário um equilíbrio entre exposição de conteúdo e espaço de debate, considerando-se que a partir das discussões constrói-se a consciência crítica, visto que em algumas aulas a longa exposição de conteúdo inviabilizou a realização das discussões. A partir disso, pode-se constatar a importância do tema, da interdisciplinaridade, do diálogo e da união dos distintos grupos para proporcionar argumentações diversificadas. O segundo semestre, além de reflexões sobre o tema, terá como produto a elaboração de diagnóstico e plano popular, sendo a comunidade escolhida a Fazendinha no Sapê, posto que esta é amplamente mobilizada e está no processo de regularização fundiária, podendo o material servir de instrumento de luta pela concretização de direitos. Tendo em vista a necessidade de um processo de conscientização dos moradores, o curso é um primeiro movimento, precisando ser expandido para ampliação de seu alcance.

Considerações finais: (1907/3000 caracteres)

“A Educação Popular por nós entendida é necessariamente uma educação de classe. Uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade, cujo objetivo maior deve ser o de contribuir para a elevação da sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição” (VALE, 1992, p. 57). Apesar dos desafios de se apresentar um curso de extensão que envolva grupos distintos e se comprometa com uma educação participativa, o curso Planejamento Conflitual e Participativo alcançou resultados muito positivos, contribuindo para formação social de seus integrantes, como apontado por diversos alunos nas avaliações: “A proposta de unir extensão universitária, movimento social organizado, graduação e pós graduação é bastante ousada e nada trivial. Quando dá certo, deixa ensinamentos profundos para todos os envolvidos.” (avaliação anônima). Ainda que reduzido, o contato com os moradores que frequentaram as aulas explicita a necessidade de inclusão da população de classes mais baixas no planejamento urbano, assim como

destacado pelos alunos: “Saber escutar e entender o que os moradores desejam é essencial na formação profissional e cidadã.” (avaliação anônima). Dessa forma, é indispensável a manutenção de um espaço flexível e diverso que assista a população, sobretudo, localizado no Centro da cidade garantindo a participação e a função social da universidade pública. Entender o conflito na interseção dos diferentes agentes no planejamento é fundamental para enfrentá-lo conscientemente. Ainda é necessário se refletir mais sobre os aspectos que representam barreiras aos alunos da academia em uma maior educação participativa e se é possível alcançá-la. Assim, o compartilhamento na construção do conhecimento é importante meio de contribuir na conscientização e busca de uma sociedade mais igualitária e emancipatória.

Bibliografia: (828/2000 caracteres)

BELLO, Enzo . Cidadania, alienação e fetichismo constitucional. In: Conpedi. (Org.). Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI - “Estado, Globalização e Soberania: o direito no século XXI?”. 1ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, v. 1, p. 518-545.

HELFREICH, Francine . Serviço Social e Educação: A Educação Popular e o Exercício Profissional do Assistente Social. Libertas (UFJF. Online) , v. 12, p. 1-23, 2012.

FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

VALE, Ana Maria do. A educação popular na escola pública. São Paulo: Cortez Editora, 2001.